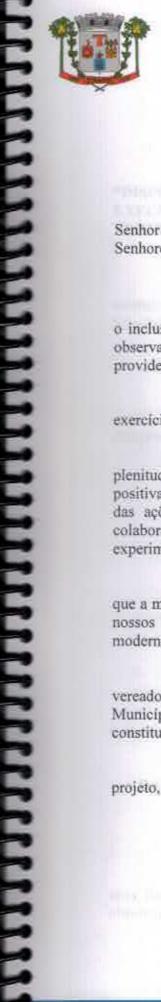
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI Estado de São Paulo

DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIA PARA
ELABORAÇÃO E
EXECUÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA DO ANO
DE 2022
Projeto de Lei nº 44, de 30 de
agosto de 2021.







MENSAGEM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores;

Estamos encaminhando para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 44, de 30 de agosto de 2021, que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2022 e dá outras providencias.

Trata-se de projeto que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022.

A maioria das metas do Plano Plurianual foi atingida na sua plenitude, como resultado de ação conjugada dos servidores que sempre responderam de forma positiva à determinação de contenção de gastos, racionalização do trabalho e aperfeiçoamento das ações. Destarte, mister dividir o mérito de se atingir tais metas com os servidores, colaboradores e parceiros sem os quais seria impossível obter o desempenho e prosperidade que experimentamos.

O projeto de lei ora apresentado, reflete o trabalho já realizado, vez que a maior parte dos programas foi executado e, em exercícios anteriores, será possível dedicar nossos esforços para a continuidade do aprimoramento do serviço publico, pela ação modernizadora da Administração e dos conceitos administrativos.

Com esta proposição, compartilhamos e agradecemos os nobres vereadores pela realização do sonho de transformação cultural, política e administrativa do Município, sempre obtido pelo constante diálogo e entendimento entre os dois Poderes, que constituem o Governo Local.

Certo de que esta mensagem é o bastante para a aprovação do projeto, despedimo-nos de Vossa Senhoria e demais pares.

Municipio de Pirangi, 30 de agosto de 2021.

ANGELA MARIA BUSNARDO Prefeita Municipal Câmara Municipal de Pirangi / SP

Protocolo nº 29

Hora: 14:58

0

Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangi/SP

0

17 3386 9600 17 3386 1410







PROJETO DE LEI Nº 44/2021

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DO ANO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIRANGI, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2022, compreendendo:

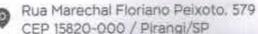
- I As orientações gerais de elaboração e execução;
- II As prioridades e metas operacionais;
- III As metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal;
- IV As alterações na legislação tributária municipal;
- V As disposições relativas à despesa com pessoal;
- VI Outras determinações de gestão financeira.

Parágrafo Único – Integram a presente Lei os anexos de metas, de riscos fiscais e o de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 2º - A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos da Administração Direta, nos termos da Lei Complementar nº 101 de 2000, observando-se os seguintes objetivos:













- I Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- II Buscar maior eficiência arrecadatória;
- III Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
 - IV Prestar assistência à criança e ao adolescente;
 - V Promover o desenvolvimento econômico do Município;
 - VI Melhorar a infraestrutura urbana;
 - VII Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
 - VIII Reestruturar os serviços administrativos;
- Art. 3º Projeto de Lei Orçamentária Anual, será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as correspondentes normas da Constituição, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - § 1 °. A Lei Orçamentária Anual Compreenderá
 - I O orçamento fiscal;
 - II O orçamento da seguridade social.
- § 2. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprios, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.
- § 3. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal n º 4.320 de 1964.
- § 4. Caso o projeto de lei orçamentária seja elaborado por sistema especialista próprio, deverá o Poder Executivo franquear acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal, para as pertinentes funções legislativas.

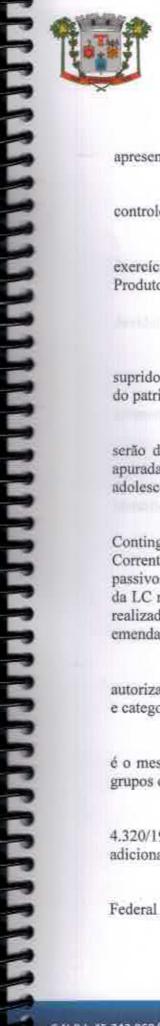
Seção II Das Diretrizes Específicas

- Art. 4° A Proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022, obedecerá às seguintes disposições:
- I Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, nestas categorias especificados valores e metas fiscais;
 - 0

Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangi/SP

9 17 3386 9600 17 3386 1410





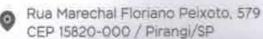




- II Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;
- III A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;
- IV A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2021/2022;
 - V As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2021;
- VI Novos projetos contarão com dotação apenas se orçamentariamente supridos os que ora se encontram em andamento, e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público.
- Art. 5° Para atender ao art. 4°, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 0,50% (meio por cento) da receita corrente líquida RCL, apurada no RREO do 3° bimestre de 2021, para as despesas de proteção à criança e ao adolescente.
- Art. 6° Os recursos fixados na Lei Orçamentária sob o título de "Reserva de Contingência", à conta do Tesouro Municipal, será de até de 0,50% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no RREO do 3º bimestre de 2021, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº101, de 2000 e 1,20% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente liquida realizada no exercício anterior, deverá ser reservado como fontes de recursos para fazer face às emendas parlamentares no Projeto de Lei Orçamentária.
- Art. 7º Até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único – Para fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos corrente e de capital da despesa.

- Art. 8º Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, 1, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 20% para abertura de créditos adicionais suplementares.
- Art. 9º Os auxilios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo as entidades pretendentes a submeterem ao que segue:



9 17 3386 9600 17 3386 1410

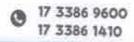








- I Atendimento direto e gratuito ao público;
- II Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;
- III Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;
- IV Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011;
- V Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos,
 devidamente avalizada pelo controle interno e externo;
 - VI Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.
- Art. 10 O custeio de despesas estaduais e federais se realizará nos moldes apresentados em anexo que acompanha esta Lei.
- Art. 11 As despesas de publicidade e propaganda, do regime de adiantamento, de representação oficial e as relativas à obras aprovadas no orçamento participativo estarão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita a sua clara identificação.
 - Art. 12 Ficam proibidas as seguintes despesas:
 - I Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;
- II Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente político ou servidor municipal em atividade;
- III Obras cujo custo global supere as médias apresentadas em consagrados indicadores da construção civil;
 - IV Ajuda financeira à clubes e associações de servidores;
- V Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;
 - VI Pagamento de horas extras à ocupantes de cargos em comissão;
 - VII Pagamentos de sessões extraordinárias aos vereadores;
 - VIII Pagamento de verbas de gabinete aos vereadores;
 - Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangi/SP











 IX – Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal entre outros brindes;

 X – Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros:

XI - Custeio de pesquisas de opinião pública.

Seção III Da Execução do Orçamento

- Art. 13 Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.
- § 1º. As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.
- § 2º. A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.
- § 3°. A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo.
- Art. 14 Caso haja frustação da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.
- § 1º. A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no total das verbas orçamentárias;
- § 2. Da restrição serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.
- § 3. A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e decreto.
- Art. 15 Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto persistir essa proporção orçamentária, poderão proibir:
- I Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
 - II Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
 - Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangl/SP

O 17 3386 9600 17 3386 1410









- III Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
- a) As reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento
 - b) As reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos;
- c) As contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da
- V Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas
 no inciso IV:
 - VI Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;
- VII Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) IBGE;
 - VIII Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
- Art. 16 Para isenção dos procedimentos requeridos no art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
- Art. 17 Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 18 – Os recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) só poderão ser recepcionados e movimentados numa única conta mantida no Banco do Brasil, vedada sua transferência para qualquer outra conta bancária.

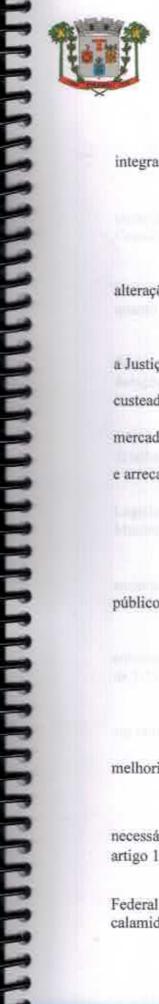
CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS

Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangi/SP

G 17 3386 9600 17 3386 1410









Art. 19 - As metas e as prioridades para 2022 são as especificadas no anexo que integra esta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Art. 20 O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
 - I Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
 - II Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e

a Justica fiscal;

III - Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas

custeados:

 IV - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;

 V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos:

VI – Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESA DE PESSOAL

- Art. 21 O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:
 - I Revisão ou aumento na remuneração;
 - II Concessão de adicionais e gratificações;
 - III Criação e extinção de cargos;
- IV Revisão do plano de cargos, carreira e salários, objetivando a melhoria do serviço público.

Parágrafo único - Os procedimentos autorizados neste artigo dependerão do necessário saldo na respectiva dotação orçamentária, obedecidas as restrições apresentadas no artigo 15 desta lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 22 - Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.



Rua Marechal Floriano Peixoto, 579 CEP 15820-000 / Pirangi/SP











CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 23 Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 13 desta Lei, respeitado o limite do art. 29-A da Constituição Federal.
- § 1º. Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.
- § 2º. Não elaborado do cronograma anual de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 (um doze avos), aplicado sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitando, em qualquer caso, o limite constitucional.
- Art. 24 Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados a Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito ao Poder Executivo.

- Art. 25 Os anexos dos programas, ações, indicadores e metas fiscais, poderão ser encaminhados ao Poder Legislativo juntamente com o projeto de lei do Orçamento Anual para o exercício de 2022.
- Art. 26 Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de 1/12 (um doze avos) do total da despesa orçada.
- Art. 27 Esta Lei entra em vigor na data de sua divulgação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pirangi, 30 de agosto de 2021.

ANGELA MARIA BUSNARDO Prefeita Municipal

